

O FAMIGERADO

*José Miguel Wisnik**

RESUMO

O conto “Famigerado”, de **Primeiras estórias**, permite considerar aspectos da violência na obra de Guimarães Rosa, tal como se configuram no momento em que o jaguncismo, inseparável do mandonismo sertanejo tradicional, sofre mudanças ligadas à urbanização e à modernização, indicadas pelo conjunto do livro. A regra sertaneja da aliança e da vingança, e a inconsistência da lei no sertão, e no Brasil, dão lugar a uma rede de ambivalências condensada no duplo sentido antitético da palavra “famigerado”. Relações com **Sagarana**, **Grande sertão** e **Corpo de baile** sugerem que a violência fundante, no Brasil, que persiste através das mudanças modernizantes, transparece na obra rosiana como um *karma* desafiando a sua superação.

Palavras-chave: Guimarães Rosa; **Primeiras estórias**; Violência; Modernização; Brasil.

A estória é bem conhecida: o jagunço matador está à procura de um significado para um significante (“famigerado”) que lhe foi imputado pelo “moço do Governo”, recém-chegado à Serra do São João; um terceiro, o homem letrado, interpelado pelo jagunço a dar-lhe a chave da significação da palavra, e pisando em ovos ameaçadores, apóia-se nas esquivas ambivalentes do próprio signo. Jagunço e doutor portam armas desiguais – num caso ao alcance da mão, mostrativa, falante por si mesma; no outro, manobrada em ponto cego, nas astúcias escorregadias e camufladas do significante. Se o desenlace constitui-se em mais um exemplo, no contexto de **Primeiras estórias**, da iminência de uma violência física, que no entanto *não se dá* (como em “Os irmãos Dagobé” e “Luas de mel”), não se pode dizer que assistimos em “Famigerado” ao advento de uma nova era civilizatória. A violência potencial do jagunço é transformada pela manobra verbal do letrado em “tese para alto rir”, glosa cômica de um caso pitorescamente insólito, “famoso assunto”. O “famoso as-

* Universidade de São Paulo.

sunto”, aqui, é a conversão, a um só tempo tautológica e paradoxal, do *famigerado* em *famigerado*, já que a palavra designa ao mesmo tempo, num duplo sentido antitético, o *insigne* e o *mal afamado*, o *homem notável* e o *malfetor*, o *sujeito digno de respeito* e o *criminoso*. Operada pelo letrado, no limite entre a ameaça e a astúcia, a manobra expõe a potência ambivalente mercurial da língua ao mesmo tempo que a escamoteia – através dela o conto guarda e exhibe, ainda, a ambigüidade da lei não fundada e o nó não desatado da violência cordial, cujas implicações são cheias de conseqüências para a discussão do Brasil contemporâneo. Se o Brasil se moderniza sem se modernizar, ou se é vocacionado para o moderno sem nunca chegar a sê-lo, ou, em outros termos, se muda sem mudar as bases sobre as quais se constituiu, é ele mesmo que está em jogo na famigerada palavra que se notabiliza por dizer o contrário do que diz.

Vale a pena lembrar que **Primeiras estórias**, publicado em 1962, marca uma mudança no sertão rosiano tal como se desenhara até então – o *desertão* sem cerca, onde os pastos carecem de fecho, povoado, aqui e ali, por vilarejos, arraiais e fazendas, ao qual Sagarana (1946), **Corpo de baile** e **Grande sertão: veredas** (1956) deram a sua inesgotável dimensão poética, arquetípica e metafísica. Na primeira estória (“As margens da alegria”) como na última (“Os cimos”), uma *brasília* não nomeada se constrói “derrubadora”, devassando e devastando, com o poder do “mundo maquinal”, a biodiversidade do cerrado, pontuada e mimetizada desde sempre pela própria exuberância poética da escritura rosiana. Numa obra que se eximira rigorosamente até então de qualquer aproximação explícita à cena urbana, a grande cidade planejada que inclui lago artificial e aeroporto, “a mais levantada no mundo”, emerge sem transição como cenário virtual aos olhos do Menino, visão mirífica no lugar onde o sertão se destrói e se transforma – miragem do Brasil moderno e Brasil moderno como miragem.

O impacto de uma *brasília* contundentemente real e espantosamente inconsistente foi acusado também, de modo próprio, em **Visão do esplendor** de Clarice Lispector e na “Tropicalia” de Caetano Veloso. Esse impacto parece dizer que o Brasil está *a toda distância e nenhuma* do moderno, e que Brasília faz isso visível como nunca, no ponto-nó em que arcaico e moderno não aparecem em linha sucessiva mas como pólos de uma mesma corrente sincrônica. Em Guimarães Rosa a referência cifrada a *brasília* é a primeira instância, e a seu modo a única, a furar o cerco mítico com o qual o escritor mineiro preservou o seu sertão-mundo, até onde foi possível, da interferência direta do mundo urbano. Mas isso só se dá, de fato, porque a *brasília* sem nome que abre e fecha **Primeiras estórias** não é propriamente uma cidade: é o espectro do moderno a se cumprir – é um princípio, que, apesar de tudo, já está presente no sertão, e que não o desmente. Essa potência construtora e destrutiva, que toma e assume o espaço, cega à biomassa que desmata, é ainda e sempre o sertão, outro e mesmo, sua dobra.

Vendo mais de perto o conto “As margens da alegria”, é preciso dizer que, em contraponto com a visão panorâmica do cerrado que se transforma em capital, há uma outra, mais interiorizada, que a acompanha como sua antítese: a visão do peru epifânico, vislumbrado pelo Menino como uma espécie de pavão sertanejo, mandala fálica “no centro do terreiro”, causador de maravilhamento e servido no entanto em sacrifício trivial ao aniversário do doutor (engenheiro?) envolvido na construção.

Visão do esplendor logo anulada pela ordem das coisas, o “peru para sempre”, em seu transbordamento de “poder e flor”, absurdamente desaparecido, reaparece no dia seguinte, num segundo peru, póstero, já destituído de dons imaginários, desencantado mas vivo e sempre o mesmo, bicando a carcaça real do outro. Esse aprendizado da morte em “miligrama”, sucedâneo da castração, que golpeia “no grão nulo de um minuto” a mente “hieroglífica” do Menino, pontua tanto a perda de uma pujança única da natureza viva como a construção da cidade que derruba a golpes de compressoras, caçambas, cilindros, betumadoras e tratores a força anímica do cerrado. Pode-se ver, nisso tudo, uma alegoria anti-moderna de um mundo tradicional abatido pela urbanização paradoxalmente utópica e real. Mas o que se decanta nesses contos é mais um trabalho de luto, nem apologético nem saudosista, onde a saudade é mais funda e inclui o futuro – o desígnio irresolvido que persiste na mudança. A questão aqui não é a passagem sucessiva do arcaico ao moderno, avaliada positiva ou negativamente, mas a persistência de um no outro, que obriga, como veremos, ao mergulho, em outros termos, num *lugar fora das idéias* em que moderno e arcaico não são exatamente norma nem desvio.

“As margens da alegria” expõe o dano que faz o corte real das coisas quando não há corte simbólico. O homenzinho tratorista com o “toco de cigarro na boca” – o brasileiro popular – derruba a árvore sem remissão e o “inaudito choque – o pulso da pancada” guarda junto, “da parte de nada” e “dentro da pedra”, sob o céu “atônito de azul”, o enigma da perda e da passagem. O corte real, da árvore derrubada, é nítido e faz-se como um golpe de violência muda no mundo dos objetos; o corte simbólico, do qual depende o destino e o desígnio da mudança, só se faz por dentro, no mundo do sujeito, e permanece objetivamente como uma interrogação irresolvida, entre a castração fecunda e a estéril.

O livro está contido, portanto, entre as margens de dois contos que assinalam a dobra da mudança. Mas a mudança, repito, é mais enigmática do que nostálgica ou apologética (e contém entre essas duas margens, mais enigmática ainda, remetendo ao sertão sem fundo, aquela terceira). São estórias da melancolia – melancolia das coisas e alegria da vontade – melancolia à qual não se entregam, sublimando-a, pelo trabalho do luto, na luz intermitente daquele vagalume que pisca ao anoitecer, ao final do primeiro conto: “era, outra vez em quando, a Alegria”.

Na outra famosa estória, quando todos esperam que os irmãos, “absoluta-

mente facínoras”, executem a regra da vingança contra o João-ninguém pacato e desprotegido que matou, em legítima defesa, o chefe despótico do clã familiar, Damastor Dagobé, – alegando no entanto que matara *in extremis*, no susto, “por destinos de desastre” e “com respeito”, – os manos relaxam, para espanto de todos, a regra da retaliação obrigada, e dão por encerrado, com alívio pouco disfarçado, um ciclo da violência local (“*meu saudoso Irmão é que era um diabo de danado...*”). “Doricão, já fugaz, disse, completou: – ‘*A gente, vamos embora, morar em cidade grande...*’. O enterro estava acabado. E outra chuva começava”.

Dessa violência iminente, que não se dá, fica uma sobra interrogante, indicada na própria *intermitência* (simétrica à do vagalume ao final de “As margens da alegria”) da chuva que vai e volta, sobre o velório e o enterro, caindo também, simbólica, sobre a passagem ao mundo da *cidade grande* – começo de uma “outra chuva”.

Brasília se constrói, no ponto cego. O sertão se destrói, inviolável – porque nele resiste, para o bem ou para o mal, o substrato irredutível e rebelde às superações – retornando sempre, já que nada é capaz de cortá-lo (e as árvores cortadas só o confirmam). O peru morre e renasce: o mesmo outro. A outra mesma estória começa, “incerta feita”, interminável.

Um jagunço “até na espuma do bofe”, cavaleiro “com cara de nenhum amigo”, Damázio, dos Siqueiras, “com dezenas de carregadas mortes”, “homem perigosíssimo”, viaja seis léguas da Serra do São Âo até um arraial para interpelar o médico local, “pessoa instruída”, pelo significado da palavra “famigerado”. A pergunta é uma arma carregada de ameaça, pois “um moço do Governo”, que “compareceu” na Serra “por o ultimamente”, terá aplicado o epíteto ao jagunço, que vem tirar a palavra da lei em pratos limpos, trazendo consigo uma “tropa desbaratada” de três cavaleiros “sopitados, constrangidos – coagidos” por testemunhas quase reféns. O jagunço quer conferir com o doutor, “no pau da peroba”, o “verivérbio” da significação, que mora naquilo que não tem por lá, “o legítimo – o livro que aprende as palavras...”.

Assim, a deslocada dúvida semântica do jagunço põe em perigo de morte, na situação, – a depender da natureza, da prontidão e da confiabilidade da resposta – , o moço do Governo posto à distância sob mira, a tropa escudeira à revelia, acantoadada, e o próprio doutor interpelado. A cena desenha a rápida marcação do território pelo jagunço (“tudo enxergara, tomando ganho de topografia”). Por ato mais do que por qualquer palavra (“tipo de valentão que nada alardeia” – “podendo desfechar com algo, de repente, por um és-não-és”), impõe seu poder sem levantar voz (que ele só ergue mais tarde ao bradar confirmatoriamente, repetidas vezes, a palavra que o atormenta). O letrado, homem de saber, sabe que não tem poder perante as armas do outro, e expressa isso nos seus próprios termos: “Eu não tinha arma ao alcance. Tivesse, também não adiantava. Com um pingão no i, ele me dissolvia”. Ou então: “O

medo é a extrema ignorância em momento muito agudo. O medo O”. O letrado sem arma é ponto apagável, zerado de medo no zero da letra. Mas pondo o pingo num i menos visível ele já indica que sua arma será justamente a letra: o domínio sobre o pé-da-letra da significação e seu contrapé oculto, ali onde o jagunço exhibe a fraqueza do seu ponto cego, mesmo que sem nenhuma fragilidade.

A pergunta, feita por Damázio depois de alguma desconversa à procura do ponto, com a algo cerimoniosa reverência devida ao letrado, sem dispensar no entanto as “armas alimpadas” e a de fogo ao alcance da mão (já que não paira nenhuma dúvida sobre a firmeza de propósitos do perguntador, estampada inequivocamente na “rudez primitiva” de sua “presença dilatada”), é curiosamente cheia de singeleza involuntária, pois o jagunço ensaia os possíveis acentos apreciativos de uma palavra que lhe escapa: “— Vosmecê agora me faça a boa obra de querer me ensinar o que é mesmo que é: *fasmisgerado... faz-me gerado... falmisgeraldo... familias-gerado...?*”.

Damázio parece suspeitar, segundo indica seu hesitante devaneio lexical, que a nomeação envolve algum modo de avaliação da sua origem, família, honra, pai, mãe, o que lhe aparece a si mesmo – ou pelo menos se formula – como uma espécie de enigma (“o que é mesmo que é?”). Efeito cômico em situação seríssima: à procura do desvendamento do significante associado à origem, do sentido do nome, e às voltas com a obscuridade de uma significação escondida, um jagunço está enredado, evidentemente sem sabê-lo, numa pergunta ao mesmo tempo filológica (qual o sentido da palavra douta?), psicanalítica (quem sou eu, inconsciente do significante que me nomeia?) e, no limite, enigmática e metafísica (o que é mesmo que é?). Trata-se, insisto, de um efeito irônico produzido pela fricção entre o mundo oral e o letrado, resultante de todo modo, na narrativa, da opção da personagem pela busca: nada impediria a Damázio, dado o seu *curriculum*, de matar sem perguntar, a não ser, em primeira instância, a reverência à lei da letra (contida no “legítimo – o livro que aprende as palavras”), que ele pratica, como veremos, ao lado da reverência aos valores tradicionais do sertão – a mãe (o tabu do sexo e da origem) e a barba (o imperativo da honra e da macheza). Mas ele é movido também e necessariamente pelo desejo de saber: a acreditar no caso “insolitíssimo”, aqui narrado, ninguém é insensível, nem mesmo o mais implacável matador, ao signo desconhecido que o nomeia. Em todos os casos, como que Tateando meandros traiçoeiros da significação às cegas, tudo nele está pronto a cortar de golpe – nó górdio indecifrável ou xingamento.

A anedota coloca em foco o confronto, nuclear em Guimarães Rosa, entre o não-letrado e o hiper-letrado, inventando o modo de tangenciá-los: um homem cuja linguagem é a da faca e a da bala está suspenso pelo fio sutilíssimo de uma palavra, podendo no entanto, e a qualquer momento, cair matando. A ironia maior da situação, para completar, é justamente que a pergunta é, em tese, irrespondível nos termos taxativos que a situação exige, já que “famigerado” é a palavra ambivalente cujo

acento apreciativo derivou, no uso, para o seu contrário: significando originalmente “muito notável, célebre, famoso”, adjetivos geralmente atribuídos a pessoas merecedoras de grande atenção e respeito, acabou por se misturar, sem anular a significação primeira, com a significação do substantivo a que também vem comumente associado – “famigerado malfeitor” (sentido que o moço do Governo, no contexto, terá lhe atribuído). Conotando, por contaminação metonímica, o contrário do que denota em significação primeira, o sentido da palavra acaba por fixar o deslizamento polar entre sentidos opostos – *notável*, *benemérito* e *famoso*, por um lado, ao mesmo tempo que *mal afamado*, *perverso* e *obscuro*, por outro.

Irredutível portanto, na teoria, a um significado unívoco, a palavra contém, na prática, isto é, nas circunstâncias da sua enunciação, um componente explosivo, resguardado por sua vez na dubiedade: a referência ao caráter matador do matador, que este parece disposto a retaliar com bruta altivez, renegando (ou denegando) a sua nomeação como malfeitor e assassino *justamente ao confirmar-se como tal*. O jagunço põe em ação a regra da vingança, regra que vige numa guerra franca de inimizades figadais e alianças num mundo onde não vigora lei. A regra obedece a uma tábua de valores própria: além do princípio tácito da aliança com os aliados e da violência contra os inimigos, ela está lastreada nos valores patriarcais e seus tabus – a macheza, o nome da mãe, o fio da barba da palavra empenhada, o fetiche da escritura. Matar inclui, no mundo jagunço, a pertinência a uma zona de honorabilidade cujos protocolos e cerimônias a violência não desmente, mas defende.

Pronunciada pelo moço da lei a respeito do jagunço (e mesmo sem que o seu enunciador o saiba), a palavra “famigerado” toca exatamente no nó da questão – pela lógica sertaneja trata-se de um assassino honorável, famígero, que impõe respeito e terror, estatuto cujo nomeação cabal é no entanto, pela própria pressão ambivalente das forças implicadas, tabu. Seja pela sua designação – interdita – como matador, seja pela menção obscura a uma origem (“faz-me gerado...falmisgeraldo...familhas-gerado...?”), a reação de Damázio aponta contra a transgressão virtual de um tabu envolvendo a si mesmo, cuja fórmula misteriosa ele não pode abrir mão de verificar, por um lado, ou de erradicar, por outro. A propósito, alegando estar em vias de deixar a ativa (“cá eu não quero questão com o Governo, não estou em saúde nem em idade”), Damázio parece suscetível à avaliação guardada na palavra do outro, como se ela detivesse, além de um possível xingamento, a chave de um destino.

Considerando tudo isso, é importante observar que a ambigüidade da palavra, aqui, não é meramente um acidente curioso – cuja singularidade o gênero *caso sertanejo*, não obstante, explora. *Famigerado* pertence a uma família de palavras que se caracterizam por dizer algo e ao mesmo tempo o seu contrário, palavras em cujo duplo sentido antitético Freud chegou a ver uma vinculação primordial da linguagem com o inconsciente, na medida em que tocam o núcleo ambivalente em que

forças opostas coexistem sem se negar (Freud, 1910, p. 1.620-1.624). São palavras em que o excesso que elas designam, no limite indizível, revira no seu contrário, como *bárbaro* e *formidável*, palavras-*fármakon*, ao mesmo tempo veneno e remédio, a exemplo de *merda*, que, no seu uso como amuleto teatral (trocado entre os atores antes do início do espetáculo), incorpora a menção-tabu ao fracasso – materializado no dejetivo caótico-malcheiroso – tomando-a como irradiadora de força, imantação e voto de sucesso. Palavras assim, semanticamente oscilantes, deixariam entrever o quanto toda significação é virtualmente equívoca, flutuando e deslizando num eixo de polaridades cujo sinal pode se inverter, a depender do acento que nela se imprima e do *recado* que a atravesse. Assim também certos palavrões emblemáticos, que servem para expressar estados opostos: *filho-da-mãe*, *filho-da-puta* e *puta-que-o-pariu* podem implicar aviltamento e estigmatização, ao mesmo tempo que euforia e entusiasmo intenso. As palavras-*fármakon* são palavras que pendulam sobre o paradoxo e o excesso, transformando em totem aquelas zonas-tabu em que as dualidades opositivas vacilam: o nó inexorável entre morte e vida, potencializado no veneno-remédio; o nó inextrincável de que a *mãe*, *interditada*, *fez sexo*.¹

Assim, mais do que uma ambigüidade fortuita e anedótica (embora o conto glose a forma da anedota), *famigerado* contém o nó das palavras indecíveis que remetem, em geral, ao lugar em que o significante se dobra. Mas no sertão ela flagra, mais especificamente, o contraponto ambíguo entre a falta da lei e a honra da regra, que produz o jagunço matador *famigerado*, assassino notório e notável. Como essa notabilidade se sustenta sobre o tabu de sua (não)nomeação e sobre o tabu da origem, sempre problemática no regime familiar mal definido do sertão, o jagunço repudia sua possível designação, dependente por um fio da inflexão que nela se imprima, e está pronto a *negar que é matador matando*.

Em círculo, o movimento volta, portanto, para o *famigerado* *famigerado*. A realidade sertaneja, fundada numa regra sem lei, é tão ambivalente, se considerarmos a lei, quanto a palavra, que a condensa. Pronunciada na distante Serra do São Âo como um recado do moço do Governo, ela é interpretada segundo a regra da jagunçagem. São dois mundos que se tocam e discrepam. O moço (delegado?), chegando recente ao sertão, não tem plena noção da regra – pelo menos disso o acusa sugeridamente o jagunço, com o suposto aval do dizer geral, ao chamá-lo “rapaz meio estrondoso” e, segundo “muitos acham”, “de seu tanto esmiolado”. Nada garante que

¹ Abordando o caso de palavras que designam ao mesmo tempo conceitos diametralmente opostos, conforme varie a sua inflexão, Bakhtin cita a passagem do *Diário de um escritor* de Dostoievski, em que o romancista comenta a conversa de seis operários embriagados, toda baseada numa única pequena expressão, capaz de significar no entanto, sucessivamente, energia, desdém, contrariedade, injúria, entusiasmo, rabugice (Bakhtin/Voloshinov, 1979, p. 114-122). A expressão, que Dostoievski não cita claramente mas alude à mãe (conforme esclarecem Clark/Holquist, 1998, p. 251) é muito possivelmente o dito popular russo “*iob tvai mat*” (*foda sua mãe*).

o moço da lei domine todos os efeitos de sentido que provoca, ao referir-se a Damázio, para outros, como *famigerado* (instaurando o processo enunciativo do *recado*, em que algo passa de alguém a outro através de outrem). O jagunço não avalia por sua vez o alcance desse outro dizer sobre ele – a natureza do *recado* –, e o procura no letrado, que domina o fetiche da escritura, “o legítimo – o livro que aprende as palavras”. No ponto extremo da cadeia, o letrado recebe sob pressão o nó social da questão e ao mesmo tempo o saldo, metalingüístico, da palavra que traz o problema do problema, insolúvel. Passando de um para outro e mudando a cada vez a inflexão de seu sentido, desvelado pela ironia poética como jogo, o *famigerado* é um pequeno *recado* da Serra do São Âo (uma versão condensada e cômica do “Recado do morro”, versando sobre outros temas e problemas, mas contendo igualmente, no núcleo, uma luta-de-morte potencial). Resumo do Brasil: a lei não faz sentido na formação ancestral brasileira, e, sob pena de continuar a não fazê-lo *ad aeternum*, não estabelece e estabiliza o simbólico – é regra ambivalente e arbitrária oscilando insidiosamente entre a violência e a retórica.

Por tudo isso o doutor sabe que não há como brincar declaradamente, na situação justa, com o nó de fama e infâmia que o *famigerado* jagunço lhe traz para desatar (embora sua saída acabe sendo, como num pequeno tratado de política mineira, brasileira, a desincumbência retórica e o domínio da ambigüidade). Tenta “habitar preâmbulos”, mas não tendo como senão “desentalar-se”, apresenta inicialmente uma definição clássica, na qual se parodia a aula erudita fora de lugar, a fórmula doutoral (“*Famigerado* é inóxio, é ‘célebre’, ‘notório’, ‘notável’...”), e com a qual tenta ainda se camuflar em meio ao léxico letrado, ou atrás da significação dicionarária, auto-protégida por um neutralizador cifrado – “inóxio”, inócuo, o que não faz mal a ninguém.

Persistente e respeitosamente (“Vosmecê mal não veja em minha grossaria no não entender”) Damázio especifica o ponto. Percebendo-se colhido na malha de algum *recado* com cujo sentido não atina, quer saber expressamente, como diria Bakhtin/(Voloshinov), qual o “acento avaliativo” impresso na palavra: “Mais me diga: é desaforado? É caçoável? É de arrenegar? Farsância? Nome de ofensa?”, pedindo a explicação de tudo isso (e mais uma vez “o que é que é”) “em fala de pobre, linguagem de em dia-de-semana”.

Sabedor ao que tudo indica de que uma significação só faz sentido no contato entre interlocutores e “no processo de compreensão ativa e responsiva” (Bakhtin/Voloshinov, 1979, p. 118), e de que sua “faísca elétrica” pode produzir, no caso, choque mortífero, o doutor não está em condições de dizer “verdade” (sobre as intenções implícitas do moço do Governo) nem de dizer “mentira” (sob risco de expor-se à retaliação física). Ademais, em curto circuito, se o jagunço parece disposto, como já dissemos, a renegar a sua nomeação como malfeitor e assassino confirmando-se

como tal, podemos dizer que na língua do ão do sertão da língua portuguesa a coisa não cola no nome a não ser através da labilidade movediça dos recados – do não que é sim e do sim que é não.² O lastro simbólico estável de uma lei neutra e independente das vontades arbitrárias, que não vigora sobre o mundo da violência sertaneja, é buscado inocentemente pelo jagunço na legitimidade do livro, na letra fixa da escritura, dominada pelo letrado. Mas, para irônica revanche deste, a letra do signo, deslizando no significante, vigora por sua vez a título precário e cambiante, multiplicando sentidos opostos e simultâneos.

Assim, o homem letrado reitera oportunisticamente a definição inócua, mas dessa vez em língua mais simples e lisonjeante: “*Famigerado?* Bem. É: ‘importante’, que merece louvor, respeito...”. Ao que o jagunço cobra o compromisso final e pessoal do empenho da palavra, invocando valores sagrados que repousam na invocação do nome da mãe e na reverência ao nome de Deus, ou, mais precisamente, à escritura do nome, fixada no livro e confirmada pelo corpo: “Vosmecê agarante, pra a paz das mães, mão na Escritura?”.

O famigerado jagunço quer conferir a resposta do doutor através do crivo dos valores estáveis e honoráveis inscritos na tábua da regra, consonantes, ao mesmo tempo, e apesar de tudo, com o teor sanguinário do seu histórico. A resposta de compromisso do letrado é, por sua vez, o supra-sumo da ambivalência. “Se certo! era para se empenhar a barba”: primeiro, ela finge calçar-se em mais um signo da tradição patriarcal, com a alusão prévia, ou a simulada adesão, em sub-texto irônico, ao fio da barba como índice inequívoco da palavra macha lastreando a lei do signo e completando o triângulo venerável com as referências à mãe e à escritura. Mas a resposta se faz de fato, e contrariamente, através de um rápido pacto com o diabolinguagem, o assumido “azougue maligno” do significante invisível ao outro, fio mercurial de sentido duplo, escapadiço e sem lastro: “Do que o diabo, então eu sincero disse: – Olhe: eu, como o sr. me vê, com vantagens, hum, o que eu queria uma hora destas era ser famigerado – bem famigerado, o mais que pudesse!...”.

A solução finalmente encontrada pelo doutor não é a meia-verdade, mas a mentira-verdade, verdade-e-meia: dizendo a verdade morta do dicionário, esconde o sentido vivo do enunciado emitido pelo moço do Governo, passível de morte; mas ao fazê-lo, acaba dizendo pelo avesso a verdade do seu próprio enunciado (*quisera ser, neste momento, um assassino malfeitor, mais que o senhor*).

Segue-se uma pequena coda cômica. Damázio libera as três testemunhas arroladas por ele mesmo, no tom imemorial da tradição cordial, segundo a qual a

² Renato Janine Ribeiro sugeriu oralmente, em colóquio de que participamos, a Serra do São ão como uma cifra da língua portuguesa, a língua do ão – sugestão de que me aproveite aqui. Posteriormente desenvolveu, em palestra no II Seminário Internacional Guimarães Rosa, a qual não pude assistir, a idéia de uma língua do não, cujo argumento não conheço.

violência do seqüestro tácito não anula a menção ao compadrio (“— Vocês podem ir, compadres. Vocês escutaram bem a boa descrição...”). Em seguida, faz o elogio do seu interlocutor, nos seus próprios termos (“Não há como que as grandezas machas de uma pessoa instruída”). Pode-se dizer que no seu alívio se mescla o desmentido da afronta com a pacificação da pergunta sobre si, contida no recado duvidoso do outro. De resto, embora alegasse não procurar mais briga (“cá eu não quero questão com o Governo, não estou em saúde nem idade”), e auto-recrimine agora as dúvidas anteriormente alimentadas, não quer ainda assim que pare dúvida sobre o território de seu poder: “a gente tem cada cisma de dúvida boba, dessas desconfianças... Só pra azedar a mandioca”, diz, para em seguida completar “— Sei lá, às vezes o melhor mesmo, para esse moço do Governo, era ir-se embora, sei não”. Com o que o desfecho balança na irresolução: melhor sim, melhor não – não é ainda dessa vez que a lei está implantada, com certeza, no Serra do São Âo.

No confronto especular entre doutor e jagunço, aquele simula espelhar-se neste, através do artifício dúplice da ironia, para vencê-lo pela astúcia evasiva, fazendo-o espelhar-se nas palavras daquele (“eu queria... era ser famigerado – bem famigerado”). O confronto se dissimula no fio da navalha da violência cordial, sobre a insuficiência da lei não fundada, num equilíbrio tênue entre a reverência e a ameaça. E se o conto figura, pelo “desarmamento” do jagunço, o hipotético estabelecimento da lei, isso se faz sobre a pura ambigüidade resvaladiça, que camufla o choque dos poderes e dos arbítrios sem a garantia de nenhum salto consensual simbólico.

Aproveitando um esquema de Roberto da Matta, que aponta dois tipos complementares de vingador, o violento e o malandro, tendo esse último, como “arma principal”, a capacidade astuciosa de submeter seu oponente ao ridículo, podemos considerar o narrador de “Famigerado” um Pedro Malasartes erudito, ou, a sua estória, algo assim como o improvável duelo do jagunço com um jabuti doutoral (Matta, 1980, p. 258). Nela, o *trickster* letrado desarma o mecanismo da vingança fisicamente violenta, corrente no sertão imemorial, através de outro mecanismo de vingança que lhe é complementar, o astucioso, analisando sibilamente, pala própria auto-exposição ao riso, uma realidade constrangedora na qual está, ao mesmo tempo, excessivamente metido para não jogar o jogo que ela impõe. Sublima, com isso, a sua impotência de fato, mostrando e escondendo a arma invisível do verbo, potente por sua vez aos olhos do seu público virtual de letrados. Nem confiável nem não-confiável, esse *narrador desconfiável* faz e expõe seu jogo, escapando de ser convertido em *farmacós* – vítima sacrificial – através do uso homeopático do *fármakon* –, o veneno-remédio da mesma palavra que traz a ameaça.

A cena corresponde, certamente, em primeira instância, a uma certa experiência histórica: a incipiente implantação da lei policial pelos interiores do Brasil, datando do meio do século XIX, deparou-se, em condições francamente desiguais,

com as estruturas de poder assentadas no mandonismo, no interior das quais os mantenedores da ordem vêm a ser os próprios proprietários interessados, e os executantes seus mandatários com campo livre de ação, só cerceada pela rivalidade entre grupos equivalentes na violência. Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz a criação da polícia, em 1842, quando se a supôs um limite ao poder dos mandões locais, indissociáveis dos valentões jagunços e tendo os juizes de paz como seus prepostos, saiu geralmente pela culatra: “os pobres delegados e subdelegados, perdidos no fundo do sertão, não dispendo de forças pra efetuar prisões, isolados dos centros provinciais, só podiam viver acolhendo-se à sombra do mandão local, auxiliando-o e partilhando-lhe a sorte” (Queiroz, 1975, p. 183). A instituição da polícia está longe de arranhar o poder da Guarda Nacional e seus coronéis, que dão sustentação local ao poder da Monarquia, como darão ao poder central do Estado na Primeira República, politicamente dependente do voto de cabresto.

O moço do Governo, no episódio em questão, recém-chegado “estrondoso” e “a seu tanto esmiolado”, desponta ainda, enquanto índice da lei no rincão longínquo, como parafuso solto numa ordem ferreamente assentada, ambíguo entre ser uma peça simplesmente inadequada ou o índice daquele processo de urbanização que acabou por alterar, no século XX, os velhos termos do mandonismo – processo que vem a ser um dos motes de **Primeiras estórias**.

No sertão, evidentemente, falta lei: a fundação de uma instância simbólica acima dos interesses particulares, capaz de dar lastro a uma autoridade que impõe limite ao mesmo tempo em que se impõe limite. O *sertão-brasil* imemorial, que emerge na obra de Guimarães Rosa de um inconsciente colonial, não se constituiu, é claro, sob a égide dos direitos universais da cidadania. Tomá-lo a partir do interior de sua resistente lógica própria e mergulhar na sondagem sem fundo da experiência humana que ele implica, a descoberto dos anteparos automáticos da mente urbanizada, serão pré-condições da força atingida por esses textos. Para isso, Guimarães Rosa decantou o traço da falta da lei, apresentando-o, no caso do **Grande sertão**, quase em estado puro, na medida em que suprimiu, como diz Antonio Candido, a dimensão das cidades, grandes ou pequenas, “a não ser por alusão remota ou quase lendária”, assim como a presença direta dos “políticos que manobram os jagunços”, “os soldados que os perseguem”, e os fazendeiros que os “empregam para seus fins ou o exploram para maior luzimento da máquina econômica” (e que, no limite, como é o caso singular do estranho e factivo são Habão, teriam o poder, rejeitado pelos jagunços, de convertê-los em “trabalhadores de enxada”) (Candido, 1970, p. 148-150). À maneira daquilo que **Memórias de um sargento de milícias** fez com as camadas dirigentes e com os escravos, suprimindo-os através de uma redução formal que deixa ver com maior nitidez, em “anatomia espectral”, a “dialética da malandragem” reinante entre homens livres da pequena burguesia do Rio joanino, surpreendendo

aí um traço decisivo e geral da formação brasileira, conforme análise do próprio Antonio Candido (Candido, 1993, p. 19-54), Guimarães Rosa, guardadas as diferenças, fez do jagunço a quintessência do sertão, e na “anatomia espectral” desse espaço imenso sem cidades, onde “a pressão da lei não se faz sentir”, como de todo modo nas vastas áreas em que as funções que em princípio caberiam ao poder público são desempenhadas pela ordem privada, captou o Brasil todo, mesmo que *in absentia*. (Candido, 1970, p. 135)

Por outro lado, é verdade que essa instância simbólica, a lei, mesmo quando se constitui em baliza fundante da urbanidade, tem a sua parte considerável de ficção civilizacional, o que contribui para dar renovada consistência, universal, à conhecida frase rosiana segundo a qual “o sertão é o mundo”. Mas ao mesmo tempo a fragilidade da lei, e a sua crônica impossibilidade de se firmar, é um tema agudamente brasileiro, cujas implicações as mais profundas e sutis são objeto explícito ou implícito desses textos de Guimarães Rosa.

Antonio Candido definiu esclarecedoramente o lugar do jagunço na ordem-desordem do sertão brasileiro, no já citado “Jagunços mineiros de Claudio a Guimarães Rosa”. Num mundo em que, tradicionalmente, tanto a ordem do Estado quanto a da propriedade se baseiam em valentões a soldo, diz ele, “há pouca variação de método entre transgressores e defensores da lei” (Candido, 1970, p. 138). O jagunço não se opõe, portanto, a uma suposta ordem constituída, mas faz parte indissociável de uma ordem de realidade cujos elos de transmissão passam necessariamente por ele. Aplica-se o nome “tanto ao valentão assalariado e ao camarada em armas, quanto ao próprio mandante que os utiliza para fins de transgressão consciente, ou para impor a ordem privada que faz as vezes de ordem pública”. (Candido, 1970, p. 140-141)

Não se distingue, portanto, o interesse público do interesse privado, nem a política da economia, nem a lei do Estado da regra da aliança (“para os amigos, tudo”) e da vingança (“para os inimigos, o rigor da lei”). A famigerada frase (“para os amigos, tudo; para os inimigos o rigor da lei”), corrente na cultura patriarcal brasileira, é um índice da lei invocada como sinônimo de arbítrio aberto a toda forma de violência – ditado que diz, também ele, o contrário do que diz, pois a lei se define rigorosamente, em sua forma lógica, como sendo a própria negação da lei. Ao mesmo tempo, essa frase lapidar sintetiza a relação do Brasil do sertão com o Brasil urbano, compreendidos num só: o mandonismo puro do conteúdo, índice de um mundo onde falta a lei, que não há, combinado com o legalismo formal de aparência, índice de um mundo onde a lei, que há, falta.

Norma e transgressão, ordem e desordem confundem-se indiscernivelmente num mundo – o sertão – para o qual a lei não se constituiu como uma instância separada, nem a ponto de se tornar uma referência lábil e malandramente “dialetriz-

da”, como no Rio de Janeiro de *Memórias de um sargento de milícias*, analisado também, por outro lado, por Antonio Candido, como constituído pelos hemisférios opostos e reversíveis da ordem e da desordem, da lei que se institui mas confundindo-se camaleonicamente com a contravenção. É possível pensar, a propósito, que as duas análises de Antonio Candido se completam, ambas fundadas na categoria da *reversibilidade* – “o homem dos avessos” rosiano, por um lado (Candido, 1964 e 1970), e a “dialética da malandragem”, a seu modo machadiana, oswaldiana e macunaímica, por outro (Candido, 1993) – embora moduladas necessariamente em tons opostos. Unificando o campo, poderíamos ver o jagunço e o malandro, radicalmente contrários nos modos da sociabilidade, como paradigmaticamente equiparáveis, enquanto formas indicativas simétricas das vicissitudes da ordem-desordem brasileira.

No sertão imemorial, onde vigora a regra severa, lastreada na tradição das “grandezas machas”, em que ordem e desordem estremecem confundidas mas não deslizam, o avesso do social vem a ser o metafísico. No Rio de Janeiro malandro, ao contrário, onde a lei se configura mas desliza o tempo todo na sua contra-versão, a metafísica se arruina em paródia (como em Machado). Forças agregadoras e desagregadoras, e o sentido insondável da violência, justamente porque destituídos de um código que os transcenda e de certo modo os encubra, são objeto das interrogações infinitas de Riobaldo, em quem o sertão em si, mesmerizado pela repetição e sua própria duplicação, se torna uma questão para si, espicaçada pela presença expectante do outro – o interlocutor inaudível que porta ainda outra vez a lei da escritura e o enigma da lei. Pela própria invenção de uma perspectiva narrativa na qual o ex-jagunço fala ao letrado presente-ausente na escritura, ao mesmo tempo escritor e ouvinte-leitor, destinatário-destinador, **Grande sertão: veredas** é também um imenso recado, através do qual pende suspensão, entre um e outro, entre a falta da lei e a lei que falta, a pergunta infinita por uma metafísica da Lei que rege o desejo e a violência.

O sertão imprime, portanto, um *ethos* severo a essa ordem-desordem de transgressão-norma indiscerníveis. É no Brasil urbano, ou litorâneo, por outro lado, que, sob outras condições, a lei se (con)figura se desmentindo, tantas vezes labilmente parodiada, vigorando segundo o *pathos* malandro, sob o qual desliza entre a ordem e seu avesso. Aqui, onde a lei falta, reinam as “idéias fora de lugar”, aglutinadas pelas relações paternalistas (Schwarz, 1977, p. 13-28). Lá, onde falta a lei, supri-da pela regra patriarcal, cava-se a mina de um “lugar fora das idéias”, de onde Guimarães Rosa extraiu parte decisiva do seu ouro.

Voltando ao jaguncismo, temos que ele traz latente a marca de uma espécie de emulação senhorial, ligada “à idéia da prestação de serviço, de mandante e mandatário, sendo típica nas situações de luta política, disputa de família ou grupos” (Candido, 1970, p. 141). No que jagunços se distinguem, segundo Candido, de ladrões de gado, contrabandistas e bandidos independentes que atuam à margem e

contra os interesses da propriedade ou as regras de Estado. As restrições eventuais que se colocam a esse mundo sem lei, emanadas por sua vez do poder central que se apóia nessa mesma ordem de relações, não correspondem ao imperativo de um valor restritivo vigente para todos, mas consistem em “meras perseguições a um grupo incômodo, ou adverso, em benefício de outro, que deseja o seu lugar para agir do mesmo modo” (Candido, 1970, p. 144). Pau mandado, ou mandando o pau por conta própria, o jagunço é autorizado de todo modo pelo regime em cadeia de árbitros sem árbitro que atravessa a sociedade sertaneja, reproduzindo-se no alto e em baixo, e transitando em círculo pelas posições de mandante e mandatário, proprietário e não-proprietário, destinadores-destinatários e destinatários-destinadores.

Tudo isso faz do sertão da vida brasileira uma rede de *recados* – fato que talvez tenha contribuído (se aceitarmos provisoriamente o salto maior que as pernas da interpretação, e que esse fato depende de muitos outros fatos) para a extensão que essa palavra ganhou na língua portuguesa falada no Brasil, em que *mandar recado*, *dar o recado* e *dar conta do recado* tornaram-se expressões-chave do destino, muitas vezes difuso e não verbalizado, dos sentidos e dos atos. Dizer (*dar o recado*) e fazer (*dar conta do recado*) é carregar uma incumbência vinda de outrem, cuja responsabilidade está e não está no sujeito que a porta, e cuja destinação não se esgota na sua chegada ao primeiro destinatário. É claro que me inspiro, para essa correlação, em elementos da obra rosiana: no plano mais miúdo da mimese social, *Sagarana* é atravessado de ponta a ponta por uma profusão de recados, dos quais a vida sertaneja depende a cada passo; *Miguilim*, por sua vez, é o menino que traça o horizonte do seu destino implícito (tornar-se o contador de sua estória e de todas as estórias, senhor dos recados) ao se recusar a ser o moleque-de-recados entre o Tio e a Mãe; e o “Recado do morro” eleva o recado, passado inconscientemente entre pobres lunáticos, à categoria mitopoética mais sublime, instância criadora de uma cultura oral capaz de ganhar estatuto universal, no contato transversal – em outro nível de recado – com a escrita literária. Nessa novela, um recado enigmático de violência e morte entre pobres, emulando a violência geral da regra patriarcal, passa entre anjos sertanejos simplórios e luminosos, levando consigo o verso e o reverso de um mundo de truculência mas também capaz da doçura infinita. Conjugando e transcendendo as instâncias da oralidade e do mando, o recado rosiano contempla a emergência da pura graça em condições hostis e carentes, e torna-se, ao mesmo tempo, o veículo privilegiado da criação singular de uma escritura-recado, regime transitivo da significação que suporta a originalidade da cultura.

Instâncias dessas realidades, repuxadas evidentemente pelo lado do sertão, atravessam a prosa de Guimarães Rosa, desde o primeiro momento, procurando formulação. E aliás, porque relativamente mais cruas e muito menos filtradas pela poderosa formalização posterior, são mais evidentes, como caráter documental, no re-

gionalismo de **Sagarana**. Mandonismo, interesses eleitorais, cabresto, compadrio, interesses políticos estaduais e federais, bate-paus e violência jagunça estão presentes em um conto como “Minha gente” (como o próprio nome sugere, o documento mais indicativo das raízes sócio-ideológicas da obra de Rosa, inclusive por ser menos transfigurado literariamente, entre todos). O curioso e impressionante “Traços biográficos de Lalino Salãthiel – ou A volta do marido pródigo” desenha-se, caso único, em torno do triângulo Minas-São Paulo-Rio: narrado em volta da construção da rodovia entre Belo Horizonte e São Paulo, põe em cena as condições sociais que descrevemos (grande propriedade, interesses eleitorais jogando com favor, compadrio e violência, alianças e vinganças, atrelados à política municipal, estadual e federal), mas incluindo também um índice sociológico marcadamente “paulista” – a presença de trabalhadores imigrantes – e de um malandro rematado, com foros de protagonista e com toda a lãbia do gênero, cujo sonho, meio realizado e meio frustrado, é viajar a qualquer custo para o Rio de Janeiro.

O conto é uma curiosa anatomia das relações complementares e convergentes entre mandonismo e malandragem. Ao voltar para Minas, Lalino Salãthiel, o malandro, associa-se à campanha eleitoral do major-coronel proprietário mandão, pondo a serviço deste a sua astúcia inesgotável, sua infinita capacidade de enganar e jogar duplo, seu arrepio ao trabalho, seu narcisismo versátil, seu talento teatral, musical e dançante, sua esquivia labilidade de famigerado malandro, que acabam por instrumentalizar o major, sem que este o perceba, para o serviço de sua vingança contra os trabalhadores espanhóis (para um dos quais o malandro praticamente vendera – e depois requisita de volta, com astúcia e violência – a sua mulher). O final é intrigante: polifonia de sapos que se interpelam e contracantam no brejo, em “alternâncias estranhas”, de uma “unanimidade atordoante”, com o canto dos capangas, mandados do major, que se preparam para expulsar os indesejáveis, metendo lenha, “se a espanholada miar”, e berrando fogo, “se algum resistir”. Numa ambigüidade não menos atordoante, tudo isso aparece como banhado por uma fatalidade cósmica que vai dos “brilhos e asterismos tremidos” das estrelas ao coaxar exultante dos sapos, colaborando todos para “a direção-escondida-de-todas-as-coisas-que-devem-depressa-acontecer”. (Rosa, 1994, v. 1, p. 277)

Talvez seja a coalizão de mandonismo com malandragem, pilares da formação brasileira, unificados no campo de uma sombria complementaridade sem brechas, que dê o tom a essa conjuração cósmica convergindo para uma violência sinistramente festiva, que se configura, de todo modo, como uma espécie de *karma* – herança incontornável da experiência histórica inscrita no inconsciente social, cuja superação é um enigma. Não é absurdo dizer que toda a obra de Guimarães Rosa se confronta surdamente com o enigma dessa superação (e que o enigma tem essa dimensão ambigüamente religiosa e sócio-histórica, mítica e mimética, que a noção de

karma admite, como herança social – ligada profundamente aqui ao mandonismo e mais profundamente ao escravismo –, herança que antecede e transcende os agentes – ou pacientes – históricos, encarnando-se neles de maneira inexorável, e perguntando-se neles pelo seu destino de longo curso).

Instado por uma vítima a não vingar, com matança e estupro, danos anteriormente sofridos por seus aliados, seu Joãozinho Bem-Bem (cujo nome diz bem das ambivalências implicadas na violência cordial) mostra-se altivamente incorruptível, tratando a regra da vingança como desígnio inescapável (“— Lhe atender não posso, e com o senhor não quero nada, velho. É a regra... Senão, até quem é mais que havia de querer obedecer a um homem que não vinga gente sua, morta de traição?... É a regra”). Matraga, respeitado e respeitador do legendário jagunço, interpõe-se heróica e santamente à consecução da regra-tabu, da qual ele mesmo provou o duplo gosto, com seus passados desmandos de mandão e como vítima de paus mandados. Segue-se a impressionante *luta-de-morte cordial*, em que ambos se entrematam sob protestos recíprocos da mais elevada estima e consideração, mutuamente *famigerados*, insignes e sanguinários, e através da qual Matraga faz a regra da vingança e da aliança girar em redemunho sobre si mesma, num combate salvador e mortífero, veneno-remédio sem porvir e a vir, *karma* trespassado, *fármakon* e *farmacós*.³ Aqui podemos dizer que Guimarães Rosa condensou a matéria de Sagarana, potencializando-a ao suprimir-lhe as sobras da representação regionalista, e renunciando, na potência como na ambivalência, o Grande sertão (assim como na dupla perseguição em círculo vicioso através de Minas, que faz a “engronga” do “Duelo”).

Frente a tudo isso, *Primeiras estórias* indica um novo ponto de passagem: o mundo sertanejo acusa sinais expressos da urbanização. Nas pontas extremas do livro, a forma extrema e extrapolante do processo: a capital planejada, a cidade “a mais levantada no mundo”, erguendo-se do papel e derrubando o cerrado (além de devorar o peru fabuloso) – a modernidade como avatar, ainda, do sertão. No meio, “O espelho”, a estória de um sertanejo urbanizado, que se pergunta sobre a natureza da alma, que só se fixa como imagem e cuja imagem nunca se fixa. Ao longo do livro, estórias encantadoras da dignidade inesgotável da pobreza no Brasil profundo, cujo contador tem o dom de contemplar aqueles momentos de graça em que a demanda de felicidade vem, como por milagre, ao encontro do sertanejo, e em que os fechos da privação se entreabrem, em meio às árduas adversidades, “para o pobre, o doente, o bicho, o louco” (Bosi, 1988, p. 30). Essas estórias, entre outras, são pontuadas muitas

³ O papel crucial da luta-de-morte em momentos-chave da literatura brasileira (Machado, Euclides, Mário e Rosa) é apontado reveladoramente em Pasta Júnior, 1991, 1999. Liga-se à pendulação perpetuamente não-resolvida entre o Mesmo e o Outro, entendida como cifra de uma dialética sem síntese na formação brasileira, formulação da qual me beneficiei enormemente na elaboração deste texto.

vezes, não obstante, por índices de descolamento do sertão-sertão: a cena de Soroco se dá aguardada pelo trem que parte para Barbacena; em “A terceira margem do rio” todos partem, menos o narrador, para longe ou para “uma cidade”; “Pirlimpisquice” passa-se num colégio interno urbano; “Darandina” na praça pública; “Tarantão” em galopes rumo à cidade com automóveis e soldados; o discurso de “Benfazeja” é solenemente dirigido a cidadãos; etc.

Como se sabe, é o processo de urbanização, o crescimento demográfico, a maior complexidade das cidades e a decorrente quebra dos territórios delimitados pelas parentelas, que solapam as bases do velho mandonismo.⁴ O ocaso de Damázio, a mudança dos Dagobés, não deixam de se dar, desse modo, num quadro de transformações conhecidas e como índice dele. Mas as mudanças são relativas: a lei do Estado sempre foi inseparável do mandonismo local, e a velha estrutura se recicla e se repõe em outros termos.

Uma leitura superficial de **Primeiras estórias** poderia concluir que o país se urbaniza e distende, e que a violência do sertão sem lei perde chão histórico, caminhando para uma resolução pacificadora na civilidade. O que se dá de fato, em alguma medida a definir, mas de nenhum modo em caráter conclusivo. O que é mais marcante, especialmente nos contos em que se interrogam os destinos da violência sertaneja, é que a urbanização *incuba* os fundamentos da violência que imperou e continua imperando no sertão, inclusive porque essa sempre foi inseparável daquela, como são inseparáveis, embora contrapostos, a cidade e o sertão. As narrativas deixam no ar essa latência: num momento de euforia modernizante no Brasil, as cidades são ainda e sempre sertão, e no mundo cidadão a inconclusividade da lei, sua (não-)fundação, permanece espetando como questão e problema.

O conto “Fatalidade” completa com “Famigerado” e com “Os irmãos Dagobé” um conjunto algébrico, à maneira daqueles que Guimarães Rosa fez desenhar para ilustrar o índice das **Primeiras estórias**. “Meu Amigo” (assim é chamada a personagem), é homem “de vasto saber, poeta, professor, ex-sargento de cavalaria e delegado de polícia”. Filósofo e representante da lei (como se reunisse num só o doutor e o “moço do Governo” de “Famigerado”), é chamado a proteger um capiau ameaçado pelas investidas de um valentão brutal, um certo Herculinão Socó, “que se famigerara das duas bandas da divisa”, e que almeja ostensivamente possuir sua mulher. O marido, José de Tal ou Zé Centeralfe, é claro em sua demanda: “*Aqui é cidade, diz-se que um pode puxar pelos seus direitos. Sou pobre, no particular. Mas eu quero é a lei...*”. O delegado, “fatalista como uma louça”, sub-filósofa, de costume, sobre a impossibilidade da vida social: “*a vida de um ser humano, entre outros seres humanos, é*

⁴ Cf. “Fatores de decadência da ordem coronelística: crescimento demográfico, urbanização, industrialização”, em Queiroz (1975, p. 180-188).

impossível. O que vemos, é apenas milagre; salvo melhor raciocínio". Induz o capiau a enfrentar o valentão de "má cabeça" e sem "estatutos", interpondo-se no momento azado em lugar invisível, de onde faz fogo ("e o falecido Herculinão, trapuz, já arriado lá, já com algo entre os próprios e infra-humanos olhos, lá nele – tapando o olho-da-rua. Não há como o curso de uma bala; e – como és bela e fugaz, vida!"). O delegado mata ele-mesmo o malfeitor (incensado sub-repticiamente pelo narrador seu amigo), em parceria com o capiau desprotegido, e em legítima simulação de legítima defesa. Acrescenta ao cadáver um protocolar "*resistência à prisão, constatada*", acompanhado de um "'não' metafisicado" (*não* com o qual parece a um só tempo recusar a catadura maléfica do bandido, acusar para si mesmo o simulacro da lei, e confirmar – como num *sim* – a metafísica fatalista de que "a vida tem poucas possibilidades"). Em suma, simula a legitimidade da legítima defesa legítima – espécie de mentira-verdade e verdade-e-meia com a qual escreve à bala o mesmo raciocínio que o doutor do "Famigerado" realiza com palavras. Com o que se equiparam agora, todos iguais nas diferenças perante a lei que falta, o doutor, o moço do Governo e o jagunço. O delegado poeta forja a cena do crime como cena da lei, mandando o outro para a "competente cova", enquanto considera a fatalidade das coisas que têm de acontecer, como tudo ("*tudo não é escrito e previsto? Hoje, o deste homem. Os gregos...*").

A situação lembra a matéria primeira do "Lalino Salãthiel", só que agora em escancarada ironia "atordoante": vige, sob outras aparências, a violência sem lei e o "*karma*", palavra que ele mesmo, "Meu Amigo", pronuncia. Todos são a seu modo *famigerados*, insignes feitores, de um modo ou de outro, da própria lei: o jagunço, o médico hiper-letrado, o moço do Governo, o ex-sargento poeta, Zé Centralfe, e eu, o narrador desconfiável, tecnicamente inseparável, na enunciação, de "M(eu) amigo", seu *alter ego*.

É possível ler esse conjunto de contos segundo a chave universalizante negativa de que não há lei, a não ser como ficção civilizacional: só há o jogo dos poderes (jogo da violência escancarada ou disfarçada) e os jogos de linguagem, dentre os quais ganha primazia o do narrador mercurial desconfiável, consciente dos atributos resvaladiços do significante, que detém a maestria de desvelá-los ali mesmo onde eles voltam a se esconder. Sendo assim, todos fazem a lei como podem. Poderíamos falar, a propósito, nos conteúdos de um pessimismo fatalista, mas isso suporia o assentamento de uma filosofia de vida, cuja base escorrega no relativismo lúdico que dá tom aos contos (em "Fatalidade", o fatalismo do delegado desponta como racionalização risível, em tom pseudo-filosofante, da justiça feita com as próprias mãos, e como acontece nesses casos, a exemplo da ironia machadiana, o texto não decide explicitamente entre a crítica corrosiva do comportamento ilegal, enganador ou auto-enganado do delegado, ou a pura a confirmação, num grau potenciado de ceticismo, de que "a vida tem poucas possibilidades", ou ainda uma suspensão de juízo que

admite essas duas possibilidades lançando-as para um plano neutro onde fica irônica-mente zerado o campo ético).

Mas essa leitura é ainda muito genérica perante textos tão profundamente impregnados de história social brasileira, pela qual são também, em alguma medida, determinados. Porque o simulacro legal mimetiza no caso uma sociedade singular (e inegavelmente original) na qual renitentemente falta a lei e a lei falta, de maneira a que se confundam a ordem e a transgressão, vividos como o outro e o mesmo. Podemos dizer que, ali onde se esboroam, no Brasil mais recente, o acordo paternalista por um lado e a reverência patriarcal por outro, condutores conservativos do tecido conjuntivo da cultura e da configuração tradicional de povo, sem que se dê um salto transformador das relações sociais, é aí que se desnuda em contexto moderno um fundo ancestral de violência no qual se confundem o público e o privado (tema da análise clássica de **Raízes do Brasil**), mas confundem-se também, por extensão, a mudança e a paralisia, a lei e a transgressão, a polícia e o bandido, o traficante e a autoridade, a droga e a droga: veneno-remédio em redemunho. Ligados à corrupção, ao tráfico de influência e à impunidade, à violência policial e ao crime organizado, avatares do mandonismo e da malandragem quando esses mudaram de caráter (que macunaimicamente não tinham), e indissociáveis da concentração campeã de renda, esses temas vieram à tona da vida pública brasileira na última década, num misto sintomaticamente ambíguo de saúde e doença política, de vontade de transparência e de impotência para mudar, que pairam interrogantes sobre o esgarçamento do tecido social.

Qual a relação de **Primeiras estórias** com tudo isso? Não digo que Guimarães Rosa tenha tratado expressamente desses problemas, nos idos de 1960, nem que os textos devam ser cobertos de uma aura profética. Podemos convir em que eles se articulam com o presente, mais uma vez, sob a forma do *recado*: captação sutil da violência latente, que continua passando, como enigma que interroga a singularidade da experiência humana brasileira, através e ao sabor dos acasos e das necessidades da história, ressoando na observação e na intuição profunda.

Porque, de resto, a obra de Guimarães Rosa é o tecido de uma escritura kármica, “documento de barbárie” e trabalho de luto em que lateja a latência da pergunta: como sair daquilo que patina sobre a própria impossibilidade de ser outro, porque é sempre já mesmo e outro? Frente às “poucas possibilidades” de resposta a essa pergunta, assim como de acenar com um remédio aplicado de fora àquilo que é, por dentro, *veneno e remédio*, a escritura não responde mas mergulha nesse Outro que lhe escapa – o sertão-mundo-linguagem no coração intratável e miraculoso do Brasil, e sua experiência de humanidade, fatalizada pelo seu destino intransferível. Acredito que uma primeira estação desse mergulho seja o conto “São Marcos”, em Sagarana, onde o hiper-letrado, depois de travar duelo poético – verdadeira troca de

recados inscrita em colmos de bambuzal – com um quase-iletrado invisível (“Quem-Será”), se vê cego no mato sem cachorro, panicamente vuduzado pela magia simpática do preto catimbozeiro. O banho de desiluminismo, que não desfaz a consciência reflexiva nem a intuição iluminadora, é passagem necessária a esse outro momento ou lugar, fora das idéias, que faz contato com as matrizes incógnitas do ser escravo, e sua topologia antropológica. Na mesma fonte terrível e misericordiosa, vinda das dobras generosas da escravidão, banha-se Augusto Matraga, antes de enfrentar seu *karma*, e é dela também que vem, das profundezas, o recado do morro, entretecido em sua mensagem obscura de festa e morte com os toques de caixa da festa do Rosário, festa de pretos. Em suma, Guimarães Rosa precisou sondar a escravidão pela outra ponta: não só os espasmos sócio-ideológicos do discurso liberal contraditado pela realidade da escravidão – as *idéias fora de lugar* tão agudamente captadas por Roberto Schwarz –, mas o *lugar fora das idéias* contido na experiência antropológica profunda da mesma escravidão como Outro, que reside como enigma no coração do Brasil.⁵ Essa é a pré-condição da sua complexíssima criação hiper-dialética⁶ de uma lógica de lógicas entre-negadas e afirmadas, religião de religiões contraditadas, que nos sonda como *fármakon*, droga, tráfico hermético da linguagem, famigerado venenoremedio, amor.⁷

⁵ Curiosamente, as últimas palavras de *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, falam da voz dos escravos, voz dos sem voz, podemos dizer que como um *lugar fora das idéias*: “(...) é que os escravos falavam – quando falavam, porque no mais das vezes agiram apenas e não precisaram de roupagens ideológicas –, falavam na linguagem mais familiar e acessível que lhes vinha das florestas, das estepes e dos desertos africanos...” (Prado Júnior, 1979, p. 377). Digamos que essa voz, aqui referida como um lugar outro e ausente, para o qual aponta no entanto o livro de Caio Prado, em seu final, como impossibilidade de atingi-lo, é um ponto-de-passageo decisivo na constituição da escritura rosiana.

⁶ Utilizo o termo inspirado em *A lógica da diferença*, de Luiz Sergio Coelho de Sampaio.

⁷ As idéias deste texto foram apresentadas, em linhas gerais, em mesa redonda realizada no II Seminário Internacional Guimarães Rosa, em 29 de agosto de 2001. Alguns críticos assinalaram, durante o evento, a presença em Guimarães Rosa da cidade no sertão e a permanência do sertão na cidade, como Willi Bolle e Luís Roncari, pensando nos destinos da violência na sociedade brasileira, na reversão da civilização à barbárie, e na indistinção freqüente ou crescente entre os papéis do agente da lei e do transgressor. No dia 31, um fato chamou a atenção nacional: o foragido e àquela altura recém-famigerado seqüestrador da filha do apresentador de televisão e empresário midiático Silvio Santos, Fernando Dutra Pinto, numa ação intempestiva e *insolitíssima*, depois de ter, ao que se diz, enfrentado policiais a tiro e escapado espetacularmente de um hotel escorregando pelas paredes externas do edifício, retorna à casa do empresário e o faz refém a domicílio. A cena inédita de um sequestro *bistendo* como cenário a própria casa do artista, completa-se com a presença máxima do moço do Governo, o governador de São Paulo, que comparece para atender exigência feita pelo seqüestrador e empenha sua palavra na garantia de vida do transgressor mediante sua entrega à polícia. Poucos meses depois, Fernando Dutra Pinto morre na cadeia, afamado e obscuro, em condições obscuras e suspeitas que desmentem já a palavra empenhada pelo Governo. Obscuras permanecem, ainda, as mortes dos policiais que o teriam enfrentado, ou, segundo hipóteses, dada a inverossimilhança da versão oficial, se entre-matado na disputa, com o seqüestrador, pelo butim do sequestro. Registro os fatos, entre os muitos que povoam a novela diária da vida brasileira, pela sua concomitância com os esforços de formulação crítica que se davam ao longo do Seminário, em relação aos quais, como no caso das armas do jagunço famigerado, eles falam por si mesmos.

ABSTRACT

The short story *Famigerado*, from *Primeiras estórias*, allows the reader to identify references to elements of violence in Guimarães Rosa's work, related to the moment when *jaguncismo* (from *jagunço* or backlands bandit), inseparable from traditional *mandonismo* (leadership typical of the back-lands), undergoes changes connected with urbanization and modernization, referred to in the whole book. The rule of alliance and revenge typical of the *sertão* or back-lands, as well as the inconsistency of law there and in Brazil as a whole, give place to a net of ambivalences condensed in the double antithetic meaning of the word "*famigerado*". Connections with *Sagarana*, *Grande sertão* and *Corpo de baile* suggest that violence in Brazil, which persists through modernizing changes, is manifested in Rosa's work as a *karma*, a challenge to overcome it.

Keywords: Guimarães Rosa; *Primeiras estórias*; Violence; Modernization; Brazil.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Marxismo e teoria da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.

BOSI, Alfredo. Céu, inferno. In: _____. *Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica*. São Paulo: Ática, 1988. p. 10-32.

CANDIDO, Antonio. Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa. In: _____. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1970. p. 133-160.

CANDIDO, Antonio. O homem dos avessos. In: _____. *Tese e antítese*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. p. 119-140.

CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. In: _____. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993. p. 19-54.

LISPECTOR, Clarice. *Visão do esplendor – impressões leves*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CLARK, Katerina; HOLQUIST, Michael. *Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

FREUD, Sigmund. El doble sentido antitetico de las palabras primitivas. In: _____. *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1910. t. 2, p. 1620-1624.

MATTA, Roberto da. Augusto Matraga e a hora da renúncia. In: _____. *Carnavais, malandros e heróis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 236-259.

PASTA JÚNIOR, José Antônio. O romance de Rosa: temas do *Grande sertão* e do Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 55, p. 61-70, nov. 1999.

PASTA JÚNIOR, José Antônio. *Pompéia: a metafísica ruínosa d'O ateneu*. 1991. 401f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1975. t. 3, v. 1, p. 153-190.

ROSA, João Guimarães. **Ficção completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. 1/2.

SAMPAIO, Luiz Sergio Coelho de. **A lógica da diferença**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2001.

SCHWARZ, Roberto. Idéias fora de lugar. In: _____. **Ao vencedor, as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1977. p. 13-28.